

HORA DE MOBILIZAÇÃO

Servidores se posicionam por uma universidade pública e democrática e exigem uma discussão mais ampla da reforma administrativa proposta pela reitoria.

Dia 13 de Julho será Dia de Luta na FURB pgs. 4 e 5

LEO LAPS



Leia também:

- Blumenau mais perto de ter universidade federal **pg. 3**

- O polêmico projeto de privatização do esgoto **pg. 7**

- Nosso Inverno, o festival que levará mais arte à cidade em agosto **pg. 8**

Assembléia dos servidores em junho definiu ações para mobilizar categoria em prol do debate

EDITORIAL

Daltonismo administrativo

A segunda edição do **Expressão Universitária** é publicada logo após um perturbador comunicado. Depois do grande alarde nos meios de comunicação, reportagens em jornais e até gravação de edição especial de um telejornal nas dependências da Universidade, sempre ressaltando a competência da gestão da FURB e como o balanço financeiro “foi para o azul”, a reitoria volta a apresentar números que caracterizam déficit. Primeiro em reunião do Conselho de Administração e, em seguida, em comunicados aos servidores e estudantes, somos informados das dificuldades financeiras que assolam a FURB, bem como as primeiras medidas a respeito: cortes de investimentos, diminuição do número de bolsistas e fim da bonificação creditada na mensalidade dos acadêmicos de vários cursos de graduação.

Há cerca de dois meses, a bem humorada gravação de um telejornal comemorando o aniversá-

rio da FURB sequer apontava as dificuldades agora divulgadas. A atual administração era a todo momento referenciada como a que “botou ordem na casa” e conduziu a Universidade para a otimização dos processos de gestão.

Cada vez mais, somos levados a crer que o uso abusivo das inverdades no discurso não é mais um problema para a reitoria. A Ação Civil Pública, que não questiona a estrutura administrativa da FURB, é respondida com a tentativa de uma profunda reforma. Esta reformulação dos processos e estruturas da Universidade são apontadas como tendo a preocupação de reduzir custos e refletir no preço das mensalidades dos estudantes, isso um dia depois da suspensão das bonificações, ou seja, do aumento no valor final das mensalidades. Como se já não fosse o suficiente, a análise dos balanços financeiros, há pouco “no azul”, agora lembram inverdades ou daltonismo.

Instalar o terror súbito, apontando a possível paralisação de algumas atividades, bem como a dificuldade em manter a folha de pagamento em dia, mostra claramente a intenção de criar a sensação de imediatismo em torno do que é considerado, pela reitoria, a reorganização necessária para manter a FURB. A reforma é apresentada e, pela segunda vez, encontra severa resistência por parte dos servidores. Agora, o terror começa a ser usado para justificá-la. Em paralelo, o atendimento à Ação Civil Pública, necessário para normalizar os processos e garantir a situação dos servidores, está paralisado graças à tentativa insistente de nele incluir esta reforma.

Mais uma vez, fica clara a importância da organização da comunidade universitária. Somente com a participação de servidores e estudantes pode-se dar um basta às práticas de inverdades, atender imediatamente à Ação Civil Pública e discutir a reorganização administrativa de forma ampla e participativa. Apenas deste modo teremos uma instituição efetivamente pública, participativa e democrática.

Não há docência sem discência

Paulo Freire, no livro *Pedagogia da Autonomia*, nos convida a pensar sobre nosso fazer como educadores. Faz esse convite a partir de três grandes conjuntos de ideias sobre o que é o ensinar.

No primeiro destes conjuntos, o autor nos provoca a pensar sobre o fato de que a educação é um ato que depende, profundamente, da relação entre as pessoas e que não é possível imaginar a atividade do educador sem a presença do educando. No segundo conjunto de ideias, Freire continua a nos instigar com a noção de que ensinar não é transferir conhecimentos, pois, na vida, todas as coisas podem, o tempo todo, ser transformadas. Essa possibilidade de transformação das coisas exige que os educadores assumam o compromisso de lutar por

melhores condições de trabalho que incluem, entre outras coisas, o direito a pensar de modo autônomo, crítico e propositivo. Ele nos lembra que a atividade educativa, a esperança e a alegria precisam ser experimentadas como coisas inseparáveis em nosso dia-a-dia de trabalho. No terceiro conjunto de ideias Paulo Freire nos relembra que a competência de um educador é o fundamento de sua autoridade e que a mesma precisa ser vivida sempre em relação com a liberdade e a generosidade. Lembra que o ensino dos conteúdos não pode estar separado da formação ética e que o compromisso com a rigorosidade não separa a educação da alegria.

O SINSEPES, a partir das provocações que Paulo Freire faz no livro *Pedagogia da Autonomia*,

quer convidar você, educador da FURB, para um diálogo onde possamos refletir nossas condições de trabalho e, sobre elas, ir realizando as mudanças necessárias à construção de um mundo que possa ser bom e bonito para todos.

Catarina Gewehr é professora da FURB e Diretora de Formação do SINSEPES

PARTICIPE!

Professor e técnico-administrativo, participe deste debate e venha trocar ideias no SINSEPES.

Contate-nos pelos telefones 3322-7641 ou 3321-0400 ou pelo e-mail sinsepes@furb.br

Assessoria Jurídica

A Assessora Jurídica do SINSEPES, advogada Melânia Ruon, atende na sede do sindicato nas segundas e quintas-feiras das 10h às 12h e nas quartas-feiras das 16h às 18h. Informações e agendamento de horários podem ser efetuados através do telefone 3321-0400.

Conheça o novo Consad do ISSBLU

Confira os titulares do novo Conselho Administrativo (Consad) do ISSBLU, eleitos em junho, com mandato até 2013:

Presidente: Elói Barni (Prefeitura Municipal de Blumenau)

Vice-presidente: Elsa Cristine Bevia (eleita)

Primeiro-secretário: Clóvis Back (eleito)

Segundo-secretário: Angela Magnani/Jacques Magnani Costa (Prefeitura Municipal de Blumenau)

Demais membros: Neusa Pasta Felizetti (Prefeitura Municipal de Blumenau), Carlos Roberto Linhares (Furb), Dione Borchardt Gonçalves (Sintraseb), Glauco Anderson Espíndola (SINSEPES) e João Ernesto Batista (eleito inativos)

O Jornal **Expressão Universitária** é uma publicação mensal do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau.

Jornalista responsável: Leo Laps (01989JP-DRT/SC). **Diagramação:** Leo Laps. **Tiragem:** 4.000 cópias.

Presidente: Tulio Vidor

Vice-presidente: Luiz Henrique Costa

Secretário-geral: Joni Júlio Evaristo

1º Secretário: Ricardo Machado

1º Tesoureiro: Luiz Heinzen

2º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra

Diretor Jurídico: Glauco Anderson Espíndola

Diretora de Formação: Catarina Gewehr

Diretora de Cultura: Mariana Freitas

Diretor de Imprensa: Thomas da Rosa

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios

Largura, Décio Zendron e Rita de Cassia Marqui; Rubia Carla Ribeiro (1º Suplente);

Natacha Juli Georg (2º Suplente)

Federal fica mais perto

Senado aprova emendas de projeto de lei que proporcionará o ensino superior gratuito na região

Em junho, mais um passo rumo à transformação da FURB em universidade de ensino público e gratuito foi dado com a aprovação, junto à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, das emendas do projeto de lei que permite a criação da UFBLU (Universidade Federal de Blumenau). Agora, é preciso que as emendas passem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deste ponto em diante, tudo dependerá apenas de um “sim” do Executivo.

As novas emendas alteram a proposta inicial do movimento pela FURB Federal: com as mudanças, em vez de federalizar a universidade em Blumenau que receberia toda a estrutura e os alunos da FURB. A força da proposta vem justamente do custo-benefício para o Governo Federal, já que não seria necessário construir, do zero, um campus para uma nova universidade.

As emendas já prevêem a absorção dos alunos e da estrutura física atuais pela unidade federal. Já a situação dos servidores e professores da FURB ainda não foi contemplada no projeto. Mas Tulio Vidor, presidente do Sinsepes, afirma que a entidade está em contato direto com a relatora do projeto, senadora Ideli Salvatti (PT), para garantir os direitos destes funcionários:

- O processo mais ágil é o de cedência de todos os servidores e professores pela nova unidade. Estes continuariam com os planos de carreira atuais, se aposentando pelo ISSBLU. Os novos já teriam contratos nos moldes de uma federal – explicou.

Diferentes partidos políticos se envolveram na questão, o que, para o Sinsepes, deve garantir um trâmite mais rápido do mesmo para aprovação no Plenário. O projeto

foi redigido pelo senador Leonel Pavan, do PSDB. Já as emendas foram feitas pelo deputado federal Álvaro

vario Dias, do PMDB. E é petista a relatora junto à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Além da situação dos servidores e professores, o projeto ainda guarda mais algumas indefinições que precisam ser resolvidas. Segundo o coordenador do Comitê Furb Federal, professor Valmor Schiochet, é preciso atuar em mais três pontos fundamentais para garantir a aprovação do projeto em Brasília:

1. **Orçamento:** é preciso garantir R\$ 120 milhões por ano para manter a FURB sem cobrar mensalidades. A extinção gradual, até 2011, da Desvinculação das Receitas da União na pasta de Educação dá novo fôlego para que o dinheiro apareça. Até então, 20% do orçamento previsto para a educação pú-

blica poderia (e vinha sendo) usado em outros investimentos. Por outro lado, a recessão brasileira, confirmada em junho com o anúncio da queda do PIB em 0,8%, pode ser um entrave.

2. **Apoio político:** está crescendo, e prova disso é o pluripartidarismo dos envolvidos no projeto. De uma discussão municipal, a federalização virou pauta da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, presente em três dos últimos atos em prol da federalização. Para Schiochet, é preciso um contato direto com o Ministério do Plane-

jamento para garantir o projeto.

3. **As políticas do MEC:** o projeto de expansão do ensino superior gratuito do Ministério da Educação pretende criar novas universidades em regiões sem unidades federais ou então expandir as atuais federais e o ensino tecnológico. As

novas emendas contemplam o primeiro requisito, já que seria mesmo criada uma nova universidade

usando a estrutura da FURB. O Comitê pretende enfatizar que a região do Vale do Itajaí, uma das mais populosas no Estado, não tem uma unidade federal. Outra solução seria tornar a FURB parte da Universidade Federal de Santa Catarina, como uma espécie de transição.

Um projeto de viabilidade técnica deve ser apresentado ao MEC ainda este ano com o objetivo de incluir de vez a Furb no Plano de Expansão do

Ensino Superior Federal. Utilizando R\$ 200 mil em recursos obtidos através de emendas dos deputados federais Décio Lima e Cláudio Vignatti (ambos do PT), ele será desenvolvido em parceria com a UFSC e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet).

“O processo mais ágil é o de cedência de todos os servidores e professores pela nova unidade federal”

Tulio Vidor,
presidente do
Sinsepes

GRAZIELE JUSTINO



Após passeata até o Teatro Carlos Gomes, servidores e estudantes pediram uma universidade pública e gratuita

Homenagem de aniversário vira palco de manifestação

Três dias após a aprovação das emendas, em 9 de junho, o movimento pela FURB Federal se fez presente na sessão solene em homenagem aos 45 anos da universidade, no Teatro Carlos Gomes.

Com a animada presença de servidores e estudantes que fizeram uma caminhada até o local

com faixas pedindo a federalização liderados pelo MAEF (Movimento Alternativo dos Estudantes da FURB), além de membros do Comitê Pró-Federalização e do SINSEPEs, a solenidade virou uma verdadeira manifestação em prol de uma FURB pública e gratuita.

Foi enfatizado que, agora, o sonho da federalização está mais concreto, mas que ainda é preciso empenho e pressão política para se tornar realidade. Tanto que, segundo o presidente do SINSEPEs, Tulio Vidor, é preciso manter a mobilização em torno da federalização mesmo com o projeto bem encaminhado em Brasília.

Na luta por um debate democrático

Reitoria insiste em aprovar às pressas reforma administrativa que muda a legislação trabalhista e a estrutura da FURB, mas encontra resistência entre os servidores, que farão um 13 de julho de intensa mobilização

Após o Ministério Público de Santa Catarina mover a Ação Civil Pública que ocasionou a proibição da criação e provimento de cargos por resolução interna, a FURB é assolada por um desvirtuado debate em torno de uma reforma administrativa. A reforma é componente do plano de gestão da chapa Eduardo Deschamps/Romero Fenili quando ainda candidatos aos cargos de reitor e vice da FURB. e até isso já foi utilizado como justificativa para que esta, desnecessária, fosse incluída nos planos de resposta à Ação Civil. Para que restabeleça-se o funcionamento normal da Universidade como ente público e consolidar a condição dos atuais servidores, responder a Ação é necessário e imediato. Porém incluir uma reforma administrativa nas estruturas da FURB, não questionadas pelo Ministério Público, é oportunismo.

Desde a apresentação dos anteprojetos propostos pela Reitoria, o SINSEPEs tem sistematicamente denunciado além da intenção da Reitoria de passar a impopular reforma proposta em 2008, o caráter mentiroso que norteou as apresentações desses anteprojetos aos servidores. A formulação de um manifesto assinado por 507 servidores da FURB sustenta a defesa da proposta dos trabalhadores, definida nas assembleias, de atender imediatamente à Ação Civil Pública encaminhando ao legislativo municipal unicamente o que é objeto de questionamento. Qualquer discussão que implique alterações nos processos e legislação vigentes na universidade deve ser objeto de discussão futura, de forma ampla, participativa e que mobilize todos os setores da universidade.

"Incluir uma reforma administrativa nas estruturas da FURB, não questionadas pelo Ministério Público, é oportunismo"

Tulio Vidor, presidente do Sinsepes

Neste processo, muitas foram as conquistas. Os anteprojetos foram alterados e o conteúdo sofreu modificações para serem propostos aos conselhos superiores (outra conquista, pois a proposta original era o envio direto pela Reitoria à Prefeitura). Além disso, para aprovação da redação final, serão respeitados os trâmites de cada Conselho, sendo necessário, por exemplo, dois terços dos votos para aprovação dos temas do CONSUNI. Ainda, os anteprojetos da reitoria serão tratados como um conjunto de emendas, portanto os itens que alteram a atual legislação e estrutura deverão ser igualmente submetidos a votação e, caso não aprovados, permanece o texto atual. Garantiu-se também que todas as emendas propostas pelos conselheiros serão levadas à apreciação do Plenário, não cabendo à relatoria negativa prévia da apresentação.

Contudo, o avanço no processo dentro dos Conselhos não inviabiliza a existência de conteúdo reformista nos anteprojetos. A mobilização de todos é, mais do que nunca, necessária para garantir a manutenção dos direitos dos servidores e a existência das instâncias democráticas de tomada de decisões na FURB. Somente com a união e participação efetiva poderemos garantir que servidores e estudantes possam se fazer agentes dos processos com decisiva participação nos rumos da instituição. Este é um dos principais pilares de uma universidade pública que prima pela excelência.

Tulio Vidor é servidor da FURB e presidente do SINSEPEs



Em Assembleia, servidores da Universidade aprovaram dia de mobilização e outras ações para impedir reforma sem amplo debate

Cronologia

- Em setembro de 2008, uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina determinou, em caráter liminar, que a FURB parasse de criar cargos por resolução interna, algo que acontecia desde a fundação da Universidade e que só não atinge os cargos de reitor e vice-reitor. A medida exige que todos os cargos sejam criados pelo Legislativo Municipal. A reitoria tentou apelar da decisão do Ministério Público, mas teve este pedido negado.

- Para responder à Ação Civil Pública, a reitoria da FURB resolveu por em prática uma de suas promessas de campanha e realmente "transformar" a Universidade, dando início a um estudo que resultou na apresentação, em abril deste ano, de quatro anteprojetos de lei que alteram profundamente a atual estrutura administrativa e legislativa da universidade. São eles: Estrutura Administrativa, Aplicação do Estatuto dos Servidores, Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos e Estatuto do Magistério Municipal de Nível Superior.

- A apresentação desses anteprojetos à comunidade universitária foi marcada por inúmeros questionamentos referentes ao real interesse da administração da universidade, que não esclareceu as grandes mudanças que este projeto pretende e ainda por cima afirmou que não existem grandes alterações em relação às leis atuais. O SINSEPEs denunciou estas inverdades e a Assembleia dos Servidores do dia 23 de abril reiterou a insatisfação da categoria com o conteúdo reformista destes anteprojetos.

- Diante destes protestos, a reitoria da FURB recuou da proposta inicial e reapresentou, no mês seguinte, os anteprojetos, sem, no entanto, alterar a maior parte das proposições de reforma. O SINSEPEs se posiciona no sentido de discutir melhor os anteprojetos e, para resolver o problema criado pela Ação Civil Pública, enviar para o Legislativo Municipal a atual estrutura, o que resolveria a questão da criação dos cargos pelo município.

- Em reunião do CONSAD e CONSUNI do dia 18 de junho, o presidente do Sinsepes, Tulio Vidor, entregou ao reitor Eduardo Deschamps documento com a assinatura de 507 servidores concordando com a proposta do sindicato e exigindo uma maior discussão dos anteprojetos propostos pela reitoria. O apelo, no entanto, não impediu a aprovação, pelos conselhos, do dia 10 de julho como data final para a apresentação de emendas aos anteprojetos, e do dia 31 de agosto para finalização do processo.

- A favor de um debate profundo do conteúdo dos anteprojetos, os servidores da FURB definiram, em Assembleia, lutar contra a votação da reforma. Assim surgiu o Dia de Luta no dia 13 de julho.



SERVIDOR, ESTE É UM ASSUNTO QUE DIZ RESPEITO AO SEU TRABALHO NA UNIVERSIDADE. INFORME-SE, QUESTIONE, SUGIRA, PARTICIPE DAS AÇÕES DO SINSEPEs E DAS ATIVIDADES DO DIA 13 DE JULHO! CONTATE O SINSEPEs PELO TELEFONE 3321-0400, PELO E-MAIL SINSEPEs@FURB.BR OU VENHA NOS VISITAR!

Casa Zadrozny e os lugares de memória na FURB

Desde novembro de 2005 os espaços públicos da FURB podem receber denominações próprias, objetivando “homenagear personalidades de destaque, bem como facilitar, especialmente à Comunidade Externa, o conhecimento e acesso aos diversos locais públicos da Instituição” (Resolução 66/2005). A indicação do nome pode ser feita por qualquer membro da comunidade acadêmica, e cabe ao Conselho Universitário (Consuni) analisar e aprovar (ou não) a proposta.

Considerando o fato de a Resolução 66/2005 estabelecer que serão homenageadas “personalidade de destaque”, sem regulamentar, entretanto, os critérios que definem, objetivamente, destaque a uma personalidade, cumpre ao Consuni debater cada caso, a fim de reconhecer ou não destaque à personalidade proposta à luz dos interesses, prioridades e fins da Universidade. Importante lembrar que o caráter de destaque não é inerente à pessoa, mas a esta atribuída por outrem. Assim, cumpre-nos debater o que pretende a Universidade quando esta decide “homenagear” uma “personalidade de destaque”, considerando que estes critérios também não estão definidos na referida resolução, o que aumenta a responsabilidade do Consuni, já que este reconhece a homenagem enquanto válida, representativa da Instituição e justa.

O ato de denominar um espaço público com nome próprio implica em criar aquilo que o historiador Pierre Nora chama de “lugar de memória”, ato político e seletivo, ou, ainda, a constituição de um monumento. Segundo Méri Frotscher, as operações que instituem “lugares de memória” “não são naturais. Do presente partem iniciativas de buscar no passado personagens para a eles se dedicarem monumentos.” Esta interpretação de Frotscher referenda-se nos conceitos de Jacques Le Goff, que estabelece que todo monumento é manifestação do tempo histórico que o constituiu; e, ainda, do historiador José Murilo de Carvalho que, ao tratar da construção do “herói” e sua materialização em monumentos, afirma que este (o “herói”) “nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz”.

Toda esta contextualização justifi-

ca-se para que possamos compreender que o ato de homenagear alguém através da construção de um “lugar de memória” significa legar para a posteridade o testemunho do nosso tempo. A Universidade, ao denominar seus espaços públicos com tais nomes, diz à sociedade o que pensa sobre si mesma, o que pretende destacar em si



Nome dado ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) gera questionamentos

mesma e o que prioriza. Assim, discutir a quem se deve homenagear e em que momento e espaço a homenagem deve se realizar, é indicar às comunidades interna e externa o modelo de Universidade que se possui.

Se os fins maiores de uma Universidade são a produção e socialização de conhecimento, devemos então considerar estes fins na atribuição de “destaque” a uma personalidade e sua consequente homenagem com a criação de um “lugar de memória”. Esta é a questão que se coloca: interessa à Universidade que o homenageado tenha se notabilizado, interna e externamente, quanto às suas atividades de produção e difusão do conhecimento, gerando bens culturais de relevância acadêmica e social? Creio que sim, e defendo esta questão como fundamental na atribuição de um “lugar de memória” a qualquer pessoa a quem se pretenda homenagear.

Proponho este debate motivado por

um processo, apresentado ao Consuni no início do ano, que solicitou a denominação de “Casa Zadrozny” à residência onde está localizado o Instituto de Pesquisas Ambientais. Este processo gerou dois pedidos de vista e três pareceres diferenciados, o que demonstra o quão polêmica pode ser a constituição de “lugares de memória”, mas além disso, como a aparentemente simples denominação de um espaço público pode despertar paixões e expor posicionamentos políticos.

A denominação “Casa Zadrozny”, a priori, feria o estabelecido na Resolução 66/2005, pois esta estabelece que a homenagem deve ser atribuída a uma personalidade e, neste caso, “Zadrozny” refere-se à família do homenageado. Nominar de “Zadrozny”

a casa significava, portanto, homenagear a entidade “família” e não a personalidade Júlio Horst Zadrozny (último morador da residência). Há outros aspectos a serem observados. A Relatora Élide Kurban (que apresentou o primeiro parecer ao processo) escreveu que “o proponente justificou o pedido pelo histórico que a casa apresenta”. Tal justificativa, haja visto a casa ter sido construída em 1856 para o imigrante Henrich Clasen, e tendo sido doada à família Zadrozny apenas em 1943, não se sustenta. O argumento que reconhecesse o histórico arquitetônico recairia sobre a família Clasen, e não Zadrozny. Morar na casa não justifica nomeá-la em homenagem. Há de se considerar ainda que a casa foi vendida à Universidade, e não doada pelos Zadrozny. Esta constatação é importante, pois denominá-la Zadrozny é dar a entender a esta família um caráter benemérito para com a

Universidade, o que não é o caso.

Ao analisarmos a biografia e o currículo do advogado Júlio Horst Zadrozny (1918-2006), constantes do Processo, observamos que este lecionou na FURB como professor do Curso de Direito, por um período aproximado de dois anos (1985-1987), e fez parte do Conselho de Administração entre 1990 a 1994. Na análise dos documentos anexados ao processo não encontramos qualquer referência a publicações de autoria de Júlio Horst Zadrozny ou a pesquisas que este tenha desenvolvido. As referências constantes no Processo, que atribuem destaque à referida, são vagas e se referem apenas a atividades administrativas e de participação em Conselhos de empresas externas à Universidade (Artex, Universal Veículos, Celesc, Fiesc.). Como relator de um dos pedidos de vista, não encontrei, no processo analisado, elementos suficientes que justifiquem o caráter de personalidade de destaque a Júlio Horst Zadrozny, considerando que interessa à Universidade que o homenageado tenha se notabilizado quanto às suas atividades de produção e difusão do conhecimento, gerando bens culturais de relevância acadêmica e social.

Entretanto, após novo pedido de vista, este da conselheira Maria Ignez Keske (da Acib - Associação dos Empresários de Blumenau), o Consuni aprovou a denominação “Casa Júlio Horst Zadrozny” sem, infelizmente, esclarecer sob quais critérios se justificou a homenagem. Não tenho dúvidas de que o senhor Júlio foi uma pessoa muito querida e que contribuiu com nossa sociedade. Entretanto, quantos assim não o foram? Talvez teria sido justo homenageá-lo em logradouro público, mas a pergunta é: o que quer dizer de si a FURB quando chama o prédio do IPA de “Casa Júlio Horst Zadrozny”?

O caso é emblemático e merece maior discussão. Os “lugares de memória” devem representar os interesses da Universidade e, principalmente, devem possuir legitimidade diante da comunidade acadêmica, caso contrário, representarão interesses restritos, nebulosos ou, simplesmente, serão ignorados pelo presente. Placas que, se não derretidas como ferro-velho, no futuro servirão como testemunhas da nossa incoerência.

Viegas Fernandes da Costa
é servidor da FURB e
conselheiro do Consuni

“A Universidade, ao denominar seus espaços públicos com nomes de personalidades que se destacaram, diz à sociedade o que pensa sobre si mesma”



Homem pesca ao lado de uma tubulação de esgoto no centro de Blumenau, que conta com 5% do esgoto tratado

Privatizar não é a solução

Prefeitura de Blumenau tenta empurrar goela abaixo projeto que entregará para o setor privado o serviço de esgoto

Sempre lembrado como um dos estados com melhor qualidade de vida no Brasil, Santa Catarina têm um dos piores sistemas de saneamento básico do país, com menos de 10% da população tendo acesso ao tratamento de esgoto. Segunda a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, só não estamos piores do que o Piauí. Blumenau, que tem 5% do esgoto tratado, viu em 2008 o surgimento de proposta do Samae e da Prefeitura Municipal de privatizar o serviço público. O argumento é de que só assim, entregando-o para uma empresa, poderíamos vislumbrar uma cidade com esgoto de primeiro mundo, encerrando a agressão atual ao Rio Itajaí-Açu e seus afluentes.

O SINSEPES e o Forum dos Movimentos Sociais de Blumenau acreditam que o serviço de tratamento de esgoto deve ser público, preferencialmente gratuito, e que a prefeitura deve formular desde já um projeto a médio pra-

zo para, com dinheiro e administração pública, atingir os 100% de atendimento na cidade. Ambas as entidades exigem plebiscito sobre a privatização, envolvendo os blumenauenses na questão. Dia 3 de julho, a consulta pública sobre o assunto foi encerrada, cabendo aos órgãos públicos avaliar as sugestões.

A audiência pública sobre o assunto, dia 23 de maio, foi marcada por tumultos. De um lado, Executivo e Samae mostram-se dispostos a aprovar o edital o mais rápido possível. Tanto que, usando o regimento interno, a mesa decidiu tornar a audiência deliberativa, e não consultiva. O presidente do Samae, Luiz Ayr, dá a privatização como algo decidido. Mas a comunidade quer debater o processo e evitar uma privatização que deixe os cidadãos à mercê de um serviço mal executado e do aumento abusivo de taxas (pretende-se cobrar, no início, R\$ 16 reais ao mês).

- A Prefeitura tem como fazer

um projeto de tratamento de esgoto com administração pública. E se o argumento de que não há dinheiro para o serviço é verdadeiro, como se tem dito, então com que dinheiro a prefeitura poderá fiscalizar, com eficiência, a qualidade do serviço prestado pela empresa que vencer essa licitação? E quem não tem condições de pagar, vai ficar sem? – questiona Leandro Spezia, do Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau.

Para o SINSEPES, se uma empresa for a responsável pelo gerenciamento do esgoto, ela almejará o superávit, como em qualquer outra empresa. Assim, terá de cobrar não apenas o valor para manter o serviço, mas uma porcentagem extra para lucrar. Já se a prefeitura administrasse o serviço, cobrasse uma taxa e obtivesse lucro, este poderia ser encaminhado para beneficiar a comunidade. Além disso, a população carente teria direito ao tratamento do esgoto com ou sem condições de pagamento, como ocorre com a água.

Outro fator lembrado pelo presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, Juliano Gonçalves, no jornal Mutirão de junho deste ano, publicado pela própria entidade, é que é preciso um profundo estudo para avaliar como tratar o esgoto em Blumenau. Para ele, não é possível aprovar uma privatização às pressas, como os órgãos públicos vêm tentando fazer.

Vizinhos dão bom exemplo

Se, em Blumenau, a única solução dada pelo Executivo e Samae é entregar a gestão do serviço de tratamento de esgoto ao setor privado, cidades como Indaial, Pomerode, Timbó e Itajaí dão exemplo de que esta não é a melhor solução para o problema do saneamento básico em Santa Catarina. Já em 2004, Indaial foi pioneira ao criar um projeto de gestão pública do serviço. As obras, coordenadas pelo engenheiro civil Fernando Reis, devem encerrar em cerca de oito meses e atender ao menos um terço da população do município, hoje com 40 mil habitantes. Reis é um defensor do gerenciamento público do sistema de tratamento de esgoto:

- Percebemos que manter o controle sobre este serviço não traria prejuízo ao município. E água e saneamento são bens públicos, e se forem públicos vão atender aos mais carentes também – argumenta o engenheiro, que também atua em Itajaí, onde as obras de implantação do serviço de esgoto começaram há um ano com dinheiro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal).

Indaial não conseguiu recursos do PAC e obteve empréstimo de 10 milhões junto ao BNDES para as obras. Dinheiro muito bem investido, na opinião de Reis:

- Há um cálculo de que, para cada R\$ 1 investido em saneamento, se economiza R\$ 5 em saúde.

Timbó e Pomerode também estão optando pela gestão pública do esgoto. A questão que fica diante da diferente decisão tomada pelo executivo em Blumenau é: a quem interessa privatizar o esgoto na cidade?

Inverno das artes

Resposta dos artistas da região à ausência do Festival Universitário de Teatro e à falta de incentivo à cultura, **Nosso Inverno** trará teatro, música, literatura, artes plásticas e muito mais para Blumenau

FOTOS DIVULGAÇÃO

A 23ª edição do Festival Universitário de Teatro de Blumenau, que ocorreria agora em julho, foi cancelada no início do ano, causando um vácuo artístico no período. A resposta dos artistas da cidade e região é o **Nosso Inverno**, festival que ocorre no mês de agosto (dias 1º e 2) no Teatro Carlos Gomes aproveitando o surgimento de novos artistas e o forte momento de coletiva produção regional. A proposta é de um evento multicultural e gratuito que propicie ao público e ao artista uma vivência proveitosa no local, mesmo sem o incentivo que a cultura, de forma geral, merece.

O festival foi criado após conversas com representantes da Fundação Cultural de Blumenau e do Teatro Carlos Gomes. O projeto convenceu os dirigentes do teatro a ceder o local, sem custo, para o festival. O SESC apoiará o **Nosso Inverno** oferecendo estrutura de som e luz.

Um evento dessa forma e abrangência de linguagens nunca aconteceu na cidade e tem tudo para ganhar força e se fixar no calendário de eventos da região. É uma inicia-

tiva que abre as portas do Carlos Gomes para mais eventos do tipo e futuras edições do festival.

Com uma comissão formada por integrantes de várias áreas artísticas, o grupo idealizador do evento tem mais de 50 artistas envolvidos e que apresentam todos os tipos de arte, como música, artes visuais, teatro, dança, literatura e que, acima de tudo, têm lutado por oportunidades para mostrar seus trabalhos independentes, mesmo sem ganhar cachê algum para apresentá-los.

A razão para tantos nomes envolvidos é a necessidade de fortalecer na região a proposta de arte contemporânea que tem unido artistas em apresentações coletivas em bares e outros espaços da cidade há mais de dois anos. Agora, com melhor espaço e no melhor período do calendário, este novo grupo de artistas se propõe a marcar essa fase de intensa produção e grande interação com o público com um evento emblemático.

Mariana Freitas é servidora da FURB e Diretora de Cultura do SINSEPES

Nosso Inverno

O festival acontecerá durante todo o primeiro fim de semana de agosto, começando às 16h30min do dia 1º, com a abertura do evento e apresentação de um espetáculo-manifesto, seguindo até a noite de domingo, dia 2. O festival, com mais de 24h de arte, é totalmente gratuito. **Contatos** pelo blog www.nossoinverno.blogspot.com ou pelo e-mail nossoinverno@gmail.com

Inscrições para 14º Jote-Titac vão até dia 10 de julho

Encerram dia 10 de julho as inscrições para o 14º Jote-Titac: Experimentando NuTE, que ocorre entre os dias 16 e 19 de julho, em Blumenau. O Jote-Titac (Jogos de Teatro, Texto, Interpretação, e Técnica nas Artes Cênicas) tem como proposta fomentar a produção dramatúrgica e o desenvolvimento cenotécnico local. Qualquer grupo, ator ou dramaturgo pode participar da construção dos espetáculos, do roteiro à encenação. A realização do Jote-Titac 2009 é a retomada de uma iniciativa que teve 13 edições, realizadas entre os anos de 1986 e 1999, pelo já extinto Núcleo de Teatro Escola (NuTE), e que marcou a história do teatro contemporâneo no Estado. Mais informações: <http://nuteparatodos.wordpress.com/jote/>.



Obra de Daiana Schwartz



Obra de Bruno Bachmann